

AUTOAVALIAÇÃO COMO FERRAMENTA DE QUALIFICAÇÃO DAS AVALIAÇÕES IN LOCO

FRANCIELE DA SILVA GASTAL

UCPel

franciele.gastal@ucpel.edu.br

IEDA LOURDES GOMES DE ASSUMPÇÃO

UCPel

ieda.assumpcao@ucpel.edu.br

PATRICIA HAERTEL GIUSTI

UCPel

patricia.giusti@ucpel.edu.br

PAULA PRUSKI YAMIM

UCPel

paula.yamim@ucpel.edu.br

RESUMO

Este artigo se propõe a apresentar uma análise da trajetória da autoavaliação de cursos de graduação da Universidade Católica de Pelotas, com ênfase na adoção de um Instrumento Institucional de Autoavaliação dos Cursos de Graduação, proposto pela Comissão Própria de Avaliação da UCPel - CPA, e que vem sendo aperfeiçoado e consolidado a partir das experiências acumuladas. O instrumento em questão é utilizado como ferramenta de gestão, especialmente para os coordenadores de curso, como objetivo de demonstrar o comportamento dos curso em relação aos indicadores presentes no Instrumento de Avaliação dos Cursos de Graduação presencial e a distância proposto pelo INEP. A finalidade do “conhecer a si mesmo” é a busca da excelência na qualidade dos serviços de educação prestados à comunidade local e regional, e para isso ainda é possível explicitar neste artigo a contribuição do instrumento para os resultados das avaliações *in loco*. Demonstra-se assim a caminhada da Instituição na consolidação do processo, e na construção de uma cultura de avaliação.

Palavras chave: autoavaliação; instrumento; SINAES; educação superior; CPA

1. INTRODUÇÃO

O processo avaliativo em Instituições de Ensino Superior (IES) é um assunto recorrente na atualidade. Encontrar formas ou fórmulas que expressem a qualidade dos cursos e da instituição tem sido o alvo dos gestores que atuam neste segmento de mercado. O Ministério da Educação, com toda sua trajetória de estudos e reflexões sobre as necessidades para manter a qualidade do ensino superior, tanto em Instituições Públicas como Privadas, apresenta as diretrizes, através dos mais variados Instrumentos de Avaliação, que cada IES deve seguir, buscando a excelência dos serviços acadêmicos prestados.

É a partir desta inquietação que escrevemos este artigo para mostrar como a Universidade Católica de Pelotas (UCPel), uma instituição comunitária e cristã, fundada pelo 3º Bispo da Diocese, Dom Antônio Zattera, vem desenvolvendo suas práticas avaliativas nos Cursos de Graduação, entendendo-as como um processo estratégico na qualificação pedagógica e formativa de seus alunos. A ferramenta que utilizamos como alicerce é espelhada no Instrumento de Avaliação de Curso de Graduação presencial e a distância proposto pelo INEP, considerando as dimensões ali apresentadas e os requisitos legais e normativos.

A UCPel, comprometida com sua missão de “investigar a verdade, produzir e transmitir o conhecimento e formar seres humanos, profissionais éticos e competentes, orientados pelos valores cristãos, a serviço da pessoa e da sociedade”, persegue um propósito comum, expresso na visão de “ser uma Universidade reconhecida como polo de referência em educação, saúde, negócios e tecnologia, alicerçados na inovação, na gestão sustentável e participativa, contribuindo para a promoção social e cultural e desenvolvimento local e regional”, de acordo com seus valores - verdade, liberdade, justiça, ética, comprometimento, solidariedade, voluntariado, transparência, inovação e promoção da vida. São estes elementos, estabelecidos coletivamente nos últimos cinco anos, que impulsionam a Instituição a prever atividades e ações, apresentadas no Planejamento Estratégico, que darão conta de mantê-la entre as melhores organizações de ensino superior da região sul do Brasil.

Ainda, atenta à excelência acadêmica e prezando pela qualidade de ensino, a Universidade Católica utiliza o Instrumento de autoavaliação dos cursos proposto pela Comissão Própria de Avaliação - CPA da UCPel, como um processo para a qualificação de seus cursos e especialmente, como um importante referencial para a condução dos desafios impostos pelas avaliações in loco. Para que possamos dialogar um pouco mais sobre este Instrumento, apresentamos a seguir um breve referencial teórico de como inicia as movimentações avaliativas na Instituição e todo o percurso desenvolvido no sentido de acompanhar as diretrizes nacionais para então explicitar o método de trabalho, criado a partir de 2013, e que tem sido aperfeiçoado frequentemente, para atender as demandas oriundas do MEC, em prol de resultados de sucesso nas avaliações dos cursos de graduação.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. O PROCESSO DE AVALIAÇÃO NA UCPEL

No percurso histórico de mais de 50 anos, encontramos na UCPel alguns registros de iniciativas de autoavaliação - institucional e de cursos - realizadas de maneira assistemática

até a instituição do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES) em 2004. Há registro, por exemplo, de uma ampla avaliação feita pela Faculdade de Ciências Econômicas nos anos de 1969/1970, levando a uma série de mudanças administrativas e pedagógicas naquele período.

No ano de 1985 se iniciou um movimento avaliativo crítico, abrangendo toda a Universidade. Isto se deu mediante um roteiro elaborado pela Assessoria da Reitoria e do COCEPE – Conselho Coordenador do Ensino e da Pesquisa e aprovado pelos diferentes segmentos. Essa avaliação teve como foco principal o ensino, em especial o de graduação. Os resultados foram apresentados em 1986 nas assembleias de professores, funcionários e alunos.

Em 1992, sob a coordenação da Pró-Reitoria de Graduação, desenvolveu-se mais uma iniciativa de avaliação. Nesse ano foi promovida uma Avaliação do Desempenho Docente feita pelos alunos. Após a tabulação dos dados, cada professor avaliado recebeu o seu resultado, de forma confidencial, para análise e reflexão pessoal. No ano seguinte, o instrumento de coleta de dados foi revisado, reformulado e novamente aplicado aos alunos.

Na sequência, em 1993, foi feita também a autoavaliação docente, cujos resultados, junto com a avaliação do desempenho docente, foram repassados aos professores. Também foi feita a autoavaliação dos alunos, e oferecidos a eles os resultados para que pudessem refletir sobre seu desempenho. Nesse período, com base nas avaliações realizadas, foram apontados indicadores para o processo de avaliação, que então tomava mais consistência na Universidade, mas ainda assim era pouco abrangente. Paralelamente, desenvolveram-se ações de avaliação na área da pesquisa, mas sem a necessária integração com o processo avaliativo até então instaurado.

Em 1995, nova iniciativa levou a uma revisão do Programa existente e à sua adequação ao PAIUB (Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras).

Em 1996, a Universidade responde ao Edital do PAIUB e tem o seu Programa de Avaliação Institucional aprovado pelo MEC. O objetivo geral era de “promover na UCPel um autoconhecimento que permitisse examinar o exercício das funções do ensino, pesquisa e extensão, e o seu impacto na comunidade”. Metodologicamente, o Projeto constaria das etapas de sensibilização, diagnóstico, avaliação interna e avaliação externa.

Para operacionalizar o Programa, foi criada a Comissão Central de Avaliação Institucional – CCA. Como estratégia de ação, em cada Escola (atuais Centros/Instituto), foi instituído o Núcleo de Avaliação da Escola – NAE, com um coordenador de avaliação e três alunos bolsistas (recursos do PAIUB). Os coordenadores passaram a ter reuniões semanais com a Comissão Central, quando eram realizados estudos sobre avaliação, levantamentos de indicadores e elaboração de instrumentos de coleta de dados.

Foram estabelecidas algumas grandes questões centrais, que norteariam a definição dos indicadores e dos instrumentos de coleta de dados. Exemplos: O que pensam os alunos formandos sobre o curso que estão concluindo? Como os alunos e professores vêem a biblioteca e os laboratórios? Quem são os nossos professores e o que pensam sobre o processo ensino-aprendizagem? O que os nossos alunos pensam sobre a ação curricular e os professores dos seus cursos? Como os diretores de Escola vêem a sua tarefa? Quem são os nossos funcionários e como vêem o trabalho que realizam? E os nossos egressos: como estão se inserindo no mercado de trabalho?

O Projeto, contemplado com recursos do PAIUB, abrangeu o ensino de graduação. A proposta metodológica concentrou-se no levantamento de opiniões sobre o curso como um todo (formandos de 1996/2), os laboratórios (alunos e professores) e as bibliotecas (alunos, professores e funcionários).

O ano de 1998 foi caracterizado pela adesão formal da UCPel ao PAIUNG (Programa de Avaliação Institucional das Universidades Comunitárias Gaúchas). Reestruturou-se a Comissão de Avaliação, ficando sob a coordenação geral da Pró-Reitoria Acadêmica, integrada ainda por representantes das assessorias de Pesquisa e Pós-Graduação, de Extensão e da Coordenadoria de Ensino da Assessoria de Graduação. Com essa composição, pretendeu-se articular e dar participação aos diferentes segmentos que compõem a Universidade, bem como disponibilizar-lhes recursos metodológicos necessários à efetivação do processo avaliativo.

Entre as atividades desenvolvidas pela Comissão, estava a reflexão teórica sobre Avaliação Institucional, transformada na publicação “Projeto de Avaliação Institucional – Concepção Metodológica”. Esse texto continha o marco teórico, os objetivos gerais e específicos, metas, metodologia, descrição das ações e uma detalhada relação de indicadores para as dimensões de Ensino, Pesquisa, Extensão e Gestão. Com isso, houve um redirecionamento das ações: além das normas estabelecidas pela legislação vigente e a orientação do PAIUB, o novo processo utilizou os indicadores propostos pelo COMUNG (Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas), acrescidos de outros dados obtidos por sugestões dos diversos atores da Universidade e sobre os diferentes aspectos a serem avaliados.

A Portaria Nº 064/2001, de 30 de julho de 2001, instituiu, sob a coordenação do Vice-Reitor, a nova Comissão de Avaliação Institucional (CAI, com cinco membros) e a Subcomissão de Diagnóstico das Dimensões a Serem Avaliadas (com vinte e oito membros). Com esse instrumento, ficou formalizada a opção da UCPel pelo modelo de Avaliação Institucional proposto pelo CRUB.

O objetivo maior do modelo era “levar a instituição a identificar sua marca, a especificidade de suas respostas às demandas e necessidades da comunidade a que se propõe atender”. O modelo focalizou três pontos principais: qualidade do ensino, eficiência gerencial e organizacional e relevância pública e social.

Diferentemente do PAIUNG, esse modelo trabalhou com um detalhamento maior das dimensões: 1 - Missão, objetivos e vocação da instituição; 2 - Ensino; 3 - Pesquisa; 4 - Relações externas; 5 - Corpo docente; 6 - Corpo discente; 7 - Corpo técnico-administrativo; 8 - Administração acadêmica de cursos; 9 - Controle do produto; 10 - Organização e governo; 11 - Planejamento e avaliação; 12 - Recursos de informação; 13 - Recursos de infraestrutura; 14 - Recursos financeiros.

Considerou-se esse período como o Primeiro Ciclo Completo da Avaliação Institucional na UCPel, cujo desenvolvimento deu-se por meio das seguintes etapas:

- Resgate de experiências em Avaliação Institucional, internas ou de outras entidades.
- Definição dos objetivos gerais e por dimensão.
- Definição da metodologia para elaboração dos instrumentos.
- Elaboração da matriz de correlação.

- Estabelecimento dos indicadores.
- Elaboração dos instrumentos de coleta de dados sobre índices de satisfação.
- Aplicação dos instrumentos de coleta de dados sobre índices de satisfação.

Concluídas essas pesquisas de opinião, coube à CAI a coleta de informações nos bancos de dados da Instituição, denominada pesquisa direta. Após os ajustes necessários, foi elaborado o Relatório Final. Observe-se que, nesse contexto (entre 2003 e 2004), tendo em vista a implementação do SINAES, não ocorreu a avaliação externa prevista no modelo proposto pelo CRUB.

Com base na criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, coordenado pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES (Lei Nº 10.861, de 14 de abril de 2004), a Universidade passou a adequar-se às novas exigências legais.

Em junho de 2004, por intermédio da Portaria Nº 056/2004, a UCPel constituiu a sua COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO – CPA, composta por doze membros: cinco representantes docentes, dois discentes, três do corpo técnico-administrativo e dois da sociedade civil.

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Universidade Católica de Pelotas (UCPel) tem como objetivo promover a condução e coordenação dos processos de avaliação institucional na UCPel, em todos os seus níveis e instâncias, atuando com autonomia em relação aos conselhos e demais órgãos colegiados da Universidade. Atende às necessidades próprias da UCPel e observa as determinações da Lei 10.861 e normatizações posteriores, em especial as orientações emanadas da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES). É dividida em duas instâncias: uma legislativa e outra executiva.

Desde a sua constituição, a CPA da UCPel assumiu a responsabilidade pertinente e passou a seguir o Roteiro de Autoavaliação Institucional – CONAES/INEP, cumprindo as três etapas do processo de avaliação interna: preparação, desenvolvimento e consolidação.

A etapa de preparação, associada aos estudos sobre as diretrizes para a avaliação das Instituições de Educação Superior, bem como a construção do Projeto de Autoavaliação, consumiu quase que a totalidade do tempo destinado às ações da CPA em 2004. Sendo assim, somente após o envio do Projeto à CONAES/INEP, em março de 2005, e a constituição da equipe executiva da CPA, em maio de 2005, é que se desencadeou o processo de autoavaliação propriamente dito na Universidade, ou seja, passou-se às etapas de desenvolvimento e consolidação.

O processo de autoavaliação da UCPel operacionaliza-se a partir das seguintes ações: a) autoavaliação docente e avaliação dos professores pelos estudantes (iniciada em 2005/1, com previsão de continuidade semestral); b) realização de pesquisas de opinião com professores, funcionários técnico-administrativos, estudantes, egressos e comunidade em geral, (realizadas trianualmente desde 2005); c) autoavaliação de cursos com base no Instrumento de Avaliação do MEC, de acordo com os ciclos do ENADE e d) autoavaliação institucional, com base no Instrumento de Avaliação Externa do MEC, envolvendo os membros da CPA e segmentos da comunidade interna e externa.

Esse processo autoavaliativo tem se caracterizado pelo caráter formativo. Seja pela reciprocidade entre a avaliação dos professores e o aperfeiçoamento docente (através do PADOC – Programa de Aperfeiçoamento Docente), seja pelas ações interventivas decorrentes das pesquisas de opinião aplicadas junto à comunidade acadêmica e aos egressos, ou mesmo pela manutenção permanente do *sítio* que serve como referência à avaliação externa – na totalidade dessas ações – os resultados têm servido para a Católica refletir sobre os seus pontos fortes e fracos.

2.2. AUTOAVALIAÇÃO DOS CURSOS

Em 2013 a CPA, consciente da evolução dos processos de avaliação decorrentes da Lei do SINAES e reconhecendo a riqueza dos instrumentos de avaliação do MEC, decidiu tomá-los como base para a construção de seu Instrumento Institucional de Autoavaliação de Cursos. Decidiu também utilizar como piloto o Curso de Administração, por dois motivos principais: a própria natureza do curso, que abrange em seu escopo processos avaliativos, e a redução da procura pelo curso devido ao aumento da concorrência, quer em cursos presenciais oferecidos na região, quer pela expansão do oferecimento de cursos à distância.

O propósito do modelo é disponibilizar aos coordenadores de curso o material de apoio e as evidências colhidas junto aos diversos relatórios e bancos de dados, necessários à reflexão sobre cada um dos indicadores previstos no documento. Quando da entrega do material aos coordenadores de curso, realizada entre os meses de maio e junho de cada ano, é ressaltado que as evidências e material de apoio não se esgotam no que está apresentado, uma vez que o coordenador do curso e o Núcleo Docente Estruturante - NDE poderão reunir outros elementos que comprovem os diferentes indicadores.

3. METODOLOGIA

Na escolha da tecnologia a ser utilizada no instrumento, foi feita a opção por planilhas eletrônicas, linkadas aos documentos chamados “de apoio” e às evidências para cada um dos indicadores e dos requisitos legais. Neste conjunto de evidências aparecem, de forma especial, os documentos oficiais da Universidade e dos Cursos: Estatuto, Regimento, Código de Ética, Projeto de Desenvolvimento Institucional – PDI, Projeto Pedagógico Institucional – PPI e Projeto Pedagógico do Curso – PPC.

Quanto à periodicidade de autoavaliação, ficou definido que seria realizada trienalmente, segundo o ciclo do ENADE. O processo aconteceria no ano posterior ao de aplicação da prova, ou seja, o da divulgação das notas do ENADE e CPC. Com isso, os cursos estariam se preparando para eventuais visitas “in loco”.

A seguir estão expostas as telas estruturais do instrumento institucional. Como referência foi utilizado o curso de Farmácia, avaliado recentemente, e que obteve conceito 5 na avaliação *in loco*.

Microsoft Excel - síntese farmácia										
Arquivo Editar Exibir Inserir Formatar Ferramentas Dados Janela Ajuda										
Arial 10										
A	B	C	D	E	F	G	H	I		
1										
2	Curso de Farmácia									
3										
4										
5										
6	Relatório Síntese da Autoavaliação									
7										
8	Dispositivo Legal				Explicitação do Dispositivo			SIM	NÃO	NSA
9	1	Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso. <i>(Obs: não se aplica para cursos que não têm DCNs)</i>		O PPC está coerente com as Diretrizes Curriculares Nacionais? (NSA para cursos que não têm Diretrizes Curriculares Nacionais).						
10		Material de apoio		1. Parecer CNE/CES 1300/01, de 06 de novembro de 2001						
11				2. Resolução CNE/CES 2, de 19 de fevereiro de 2002						
12				3. Parecer CNE/CES 223/2004, de 04 de agosto de 2004						
13				4. Parecer CNE CES 221/2005, de 07 de julho de 2005						
14		Evidências		1. PPC do Curso de Farmácia						
15										
16	Dispositivo Legal				Explicitação do Dispositivo			SIM	NÃO	NSA
17	2	Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, conforme disposto na Resolução CNE/CEB 4/2010. <i>(Obs: Não se aplica para bacharelados, tecnológicos e sequenciais)</i>							NSA	
18		Material de apoio		1. Resolução CNE/CEB 4/2010						
19		Evidências								
20										
21	Dispositivo Legal				Explicitação do Dispositivo			SIM	NÃO	NSA
22	3	Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, nos termos da Lei Nº 9.349/96, com a redação dada pelas Leis Nº 10.639/2003 e 11.645/2008 e da Resolução CNE/CP Nº 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP Nº 3/2004.		A temática da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena está incluída nas disciplinas e atividades curriculares do curso?						
23		Material de apoio		1. Lei Nº 9.394/96						

Figura 1 – Requisitos Legais e Normativos: Material de Apoio e Evidências

Microsoft Excel - síntese farmácia										
Arquivo Editar Exibir Inserir Formatar Ferramentas Dados Janela Ajuda										
Arial 10										
A	B	C	D	E	F	G	H	I		
123	Dispositivo Legal				Explicitação do Dispositivo			SIM	NÃO	NSA
124	16	Políticas de educação ambiental (Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002)		Há integração da educação ambiental às disciplinas do curso de modo transversal, contínuo e permanente ?						
125		Material de apoio		1. Lei Nº 9.795, de 27 de abril de 1999						
126				2. Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002						
127		Evidências		1. Portaria de composição da Comissão do PGRS - Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos						
128				2. Boletim UCPEL com notícias sobre o PGRS						
129				3. Certificado de descarte de resíduos eletrônicos						
130				4. Foto do descarte de resíduos eletrônicos						
131				5. Plano de ensino da disciplina de Gestão Ambiental						
132				6. Plano de ensino da disciplina de Direito Ambiental						
133				7. Plano de ensino da disciplina de Ciência e Fé						
134										
135	Dispositivo Legal				Explicitação do Dispositivo			SIM	NÃO	NSA
136	17	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena, conforme disposto na Resolução CNE Nº 2, DE 1 DE JULHO DE 2015							NSA	
137		Material de apoio		1. Resolução CNE Nº 2, DE 1 DE JULHO DE 2015						
138		Evidências		Não se aplica						
139										
140										
141										
142										
143	Dimensão		Peso	Nota						
144	1	Organização Didático-Pedagógica	40	0						
145	2	Corpo Docente e Tutorial	30	0						
146	3	Infraestrutura	30	0						
147		Média		0,00						
148										

Figura 2 – Links para as três dimensões da Avaliação

Indicador	Conceito	Resultado
1.01 Contexto Educacional		
1.02 Políticas Institucionais no âmbito do curso		
1.03 Objetivos do curso		
1.04 Perfil profissional do egresso		
1.05 Estrutura Curricular		
1.06 Conteúdos curriculares		
1.07 Metodologia		
1.08 Estágio curricular supervisionado		
1.09 Estágio curricular supervisionado - relação com a rede de escolas da Educação Básica		NSA
1.10 Estágio curricular supervisionado - relação entre licenciados, docentes e supervisores da rede de escolas da Educação Básica		NSA
1.11 Estágio curricular supervisionado - relação teoria e prática		NSA
1.12 Atividades complementares		
1.13 Trabalho de conclusão de curso (TCC)		
1.14 Apoio ao discente		
1.15 Ações decorrentes dos processos de avaliação do curso		
1.16 Atividades de tutoria		
1.17 Tecnologias de informação e comunicação - TICs - no processo ensino-aprendizagem		
1.18 Material didático institucional		NSA
1.19 Mecanismos de interação entre docentes, tutores e estudantes		NSA
1.20 Procedimentos de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem		
1.21 Número de vagas		
1.22 Integração com as redes públicas de ensino		NSA
1.23 Integração do curso com o sistema local e regional de saúde e o SUS - relação alunos/docentes		
1.24 Integração do curso com o sistema local e regional de saúde e o SUS - relação alunos/usuario		
1.25 Atividades práticas de ensino		NSA
1.26 Atividades práticas de ensino para áreas da saúde		
1.27 Atividades práticas de ensino para Licenciaturas		NSA
Média		0,00
Total de Indicadores		0
Soma dos valores dos Indicadores		0
Valor médio dos Indicadores		0,00

Figura 3 – Indicadores da Dimensão 1 e resultados da autoavaliação dos mesmos

Conceito	Critério de Análise
1	Quando as políticas institucionais de ensino, de extensão e de pesquisa (esta última, quando for o caso) constantes no PDI não estão previstas/implantadas no âmbito do curso.
2	Quando as políticas institucionais de ensino, de extensão e de pesquisa (esta última, quando for o caso) constantes no PDI estão previstas/implantadas, de maneira insuficiente , no âmbito do curso.
3	Quando as políticas institucionais de ensino, de extensão e de pesquisa (esta última, quando for o caso) constantes no PDI estão previstas/implantadas, de maneira suficiente no âmbito do curso.
4	Quando as políticas institucionais de ensino, de extensão e de pesquisa (esta última, quando for o caso) constantes no PDI estão muito bem previstas/implantadas no âmbito do curso.
5	Quando as políticas institucionais de ensino, de extensão e de pesquisa (esta última, quando for o caso) constantes no PDI estão previstas/implantadas, de maneira excelente no âmbito do curso.

EVIDÊNCIAS
[PPI - buscar os textos referentes às Políticas de Graduação, Pesquisa e Extensão](#)
[PPC - buscar os textos referentes às Políticas de Graduação, Pesquisa e Extensão](#)

MATERIAL DE APOIO
[Modelo de PPC - buscar os textos referentes às Políticas de Graduação, Pesquisa e Extensão](#)

Figura 4 – Indicador da Dimensão 1, com suas evidências e material de apoio

Indicador	Conceito	Resultado
2.01. Atuação do Núcleo Docente Estruturante - NDE		
2.02. Atuação do(a) Coordenador(a)		
2.03. Experiência profissional de magistério superior e de gestão acadêmica do(a) coordenador(a)		
2.04. Regime de trabalho do(a) coordenador(a) do curso		
2.05. Carga Horária de coordenação de curso	NSA	
2.06. Titulação do corpo docente do curso	NSA	
2.07. Titulação do corpo docente do curso - percentual de doutores		
2.08. Regime de trabalho do corpo docente do curso		
2.09. Experiência profissional do corpo docente do curso		
2.10. Experiência no exercício da docência na educação básica	NSA	
2.11. Experiência de magistério superior do corpo docente		
2.12. Relação entre o número de docentes e o número de vagas	NSA	
2.13. Funcionamento do colegiado de curso ou equivalente		
2.14. Produção científica, cultural, artística ou tecnológica		
2.15. Titulação e formação do corpo de tutores do curso		
2.16. Experiência do corpo de tutores em educação a distância		
2.17. Relação docentes e tutores - presenciais e a distância - por estudante		
2.18. Responsabilidade docente pela supervisão da assistência médica	NSA	
2.19. Responsabilidade docente pela supervisão da assistência odontológica	NSA	
2.20. Núcleo de apoio pedagógico e experiência docente	NSA	
Média		0,00
Total de Indicadores		0
Soma dos valores dos Indicadores		0
Valor médio dos Indicadores		0,00

Figura 5 – Indicadores da Dimensão 2 e resultados da autoavaliação dos mesmos

Conceito	Critério de Análise
1	Quando o percentual dos docentes do curso com titulação obtida em programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> é menor que 15%.
2	Quando o percentual dos docentes do curso com titulação obtida em programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> é maior ou igual a 15% e menor que 30%.
3	Quando o percentual dos docentes do curso com titulação obtida em programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> é maior ou igual a 30% e menor que 50%.
4	Quando o percentual dos docentes do curso com titulação obtida em programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> é maior ou igual a 50% e menor que 75%.
5	Quando o percentual dos docentes do curso com titulação obtida em programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> é maior ou igual a 75%.

EVIDÊNCIAS
[Quadro geral dos docentes do curso](#)

Figura 6 – Indicador da Dimensão 2, com suas evidências

Autoavaliação de Cursos		
Curso de Farmácia		
Dimensão 3 - Infraestrutura		
Indicador	Conceito	
3.01. Gabinetes de trabalho para professores Tempo Integral - TI		
3.02. Espaço de trabalho para coordenação do curso e serviços acadêmicos		
3.03. Sala de professores		
3.04. Salas de aula		
3.05. Acesso dos alunos a equipamentos de informática.		
3.06. Bibliografia básica		
3.07. Bibliografia complementar		
3.08. Periódicos especializados		
3.09. Laboratórios didáticos especializados: quantidade		
3.10. Laboratórios didáticos especializados: qualidade		
3.11. Laboratórios didáticos especializados: serviços		
3.12. Sistema de controle de produção e distribuição de material didático (logística)	NSA	
3.13. Núcleo de Práticas Jurídicas: atividades básicas	NSA	
3.14. Núcleo de Práticas Jurídicas: atividades de arbitragem, negociação e mediação	NSA	
3.15. Unidades hospitalares de ensino e complexo assistencial, conveniados		
3.16. Sistema de referência e contrarreferência	NSA	
3.17. Biotérios	NSA	
3.18. Laboratórios de ensino para a área da saúde		
3.19. Laboratórios de habilidades	NSA	
3.20. Protocolos de experimentos	NSA	
3.21. Comitê de ética em pesquisa		
Média	0,00	
Total de Indicadores avaliados	0	
Soma dos valores dos Indicadores	0	
Valor médio dos Indicadores	0,00	

Figura 7 – Indicadores da Dimensão 3 e resultados da autoavaliação dos mesmos

4. RESULTADOS

A partir da construção do Instrumento Institucional de Autoavaliação de Cursos de Graduação, a equipe envolvida no processo passou a sistematizar uma série de ações de melhoria, decorrentes do olhar crítico dela própria, do feedback dos coordenadores e dos NDEs dos cursos, dos Relatórios dos Avaliadores do INEP e das reuniões dos mesmos com a CPA, quando das visitas.

Um dos resultados foi a elaboração de uma Estrutura de PPC que contempla respostas a todos os indicadores do Instrumento. Paralelamente à disseminação desta estrutura foi estabelecida a sistemática de atualização dos Projetos Pedagógicos: revisão geral a cada três anos (no mesmo ano da autoavaliação), e atualização das informações variáveis, a cada ano. São considerados variáveis os dados dos docentes, da bibliografia e dos planos de ensino das disciplinas.

Outra ação decorrente dos processos de autoavaliação foi a sistematização das informações docentes junto à chamada Central de Pastas da UCPel. Esta Central abriga uma pasta para cada docente da Instituição, com as comprovações das titulações, da experiência profissional, da produção científica e de outras produções. Também na pasta consta o currículo lattes e a avaliação de desempenho do professor. Estes dados alimentam um sistema informatizado de controle, que subsidia a elaboração da tabela de docentes (figuras 7 e 8), fonte da análise da maioria dos indicadores da Dimensão 2 – Corpo Docente e Tutorial.

Quando da avaliação in loco, são elaboradas cinco pastas, disponibilizadas aos avaliadores. São elas: 1) Documentos Institucionais, 2) Dimensão 1 – Organização Didático-Pedagógica, 3) Dimensão 2 – Corpo Docente e Tutorial, 4) Dimensão 3- Infraestrutura Física, 5) Requisitos Legais e Normativos. Esta organização do material tem recebido a aprovação dos avaliadores, que a descrevem como elemento facilitador na comprovação dos requisitos e na sistematização das informações para a elaboração do Relatório de Avaliação.

Tudo isso se reflete nos resultados das avaliações in loco que a Universidade Católica de Pelotas recebeu ao longo destes anos, desde a implantação do Instrumento de Autoavaliação Institucional de Cursos, expostos no quadro a seguir.

Curso	Ano da visita	Resultado da Avaliação			
		Dimensão 1	Dimensão 2	Dimensão 3	Conceito final
Direito	2015	4,0	4,4	4,1	4
Odontologia	2015	4,9	4,5	4,4	5
Tecnologia em Segurança Pública	2016	4,5	4,0	3,4	4
Farmácia	2017	4,5	4,5	4,6	5
Tecnologia em Gestão Comercial	2017	4,5	4,1	4,8	4
Tecnologia em Gestão de Rec. Humanos	2017	3,9	4,5	(*)	4
Tecnologia em Gestão Financeira	2017	3,5	4,1	4,1	4

(*) Nota da dimensão 3 contestada junto ao INEP

5. CONCLUSÃO

Assim como a Lei do SINAES representa um marco para o sistema de avaliação do ensino superior, a criação do Instrumento de Autoavaliação Institucional dos Cursos de Graduação representa para a UCPel um diferencial no processo de identificação de potencialidades e fraquezas dos cursos, subsídios fundamentais para a busca de melhoria contínua da qualidade do ensino, pesquisa e extensão oferecidos.

Em seu Projeto Pedagógico Institucional, a Universidade consolida a ideia desta busca, através da vinculação do planejamento à execução e à avaliação.

O planejamento é um procedimento organizativo estrutural, capaz de viabilizar a articulação, a convergência e a coerência às ações entre os diferentes níveis e âmbitos acadêmicos, facilitando a construção da identidade universitária pelo engajamento de todos em uma proposta organizacional coletiva. Tal identidade deverá ser assumida e implementada pela comunidade acadêmica. Nesse sentido, alinhado com o Instrumento de Avaliação Institucional Externa do Ministério da Educação em vigor, atento aos desafios a serem superados pela Universidade na elaboração colegiada de seus projetos e planos e compreendendo a conjugação do PPI com os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC), devem ambos constituir um

processo dinâmico, intencional, legítimo, transparente, em constante interconexão com o contexto institucional. (Projeto Pedagógico Institucional – PPI – UCPel – 2017)

Os reflexos deste trabalho podem ser sentidos nos resultados das avaliações in loco. A seguir reproduzimos trechos de relatórios de avaliação realizadas após a implantação do Instrumento de Autoavaliação da UCPel.

A Comissão Permanente de Avaliação (CPA) têm constituição e atribuições que lhe confere funcionalidade, representatividade e importância nas decisões sobre assuntos acadêmicos. Todos os membros são muito envolvidos com a CPA e com a IES. Com relação à autoavaliação, em reunião com os membros da CPA e nos documentos apresentados, observa-se que está implantada de maneira excelente, pois ações acadêmico-administrativas, em decorrência das autoavaliações e das avaliações externas, no âmbito do curso, estão efetivamente sendo implantadas ou previstas. (Relatório de Avaliação do Curso de Farmácia – Indicador 1.15 – Ações decorrentes dos processos de avaliação do curso / 2017)

Esta comissão em análise documental e principalmente em reuniões específicas constatou o grau de excelência nas ações acadêmico-administrativas decorrente das autoavaliações no âmbito do curso estão implantadas de maneira excelente, houve, apenas, ressaltar a importância de uma maior comunicação visual, ainda que haja esta divulgação no portal da instituição. (Relatório de Avaliação do Curso de Tecnologia em Gestão Comercial – Indicador 1.15 – Ações decorrentes dos processos de avaliação do curso / 2017)

Importante salientar que este instrumento, desde a sua concepção, está em constante processo de melhoria e adequações. As alterações nos instrumentos de avaliação externa, determinadas pelo MEC, se refletem no instrumento.

Mais importante que isto, no entanto, são as contribuições dos coordenadores de curso, dos Núcleos Docentes Estruturantes, dos colegiados de curso, enfim, da comunidade acadêmica envolvida.

“Na perspectiva de uma produção própria, o processo tende a ser cooperativo. Realizado pelos próprios sujeitos, buscando melhoria da qualidade da IES, torna-se uma prática de autonomia, um jogo de aprendizagem democrática” (LEITE, 2008, p.2)

Valiosas também têm sido as observações, críticas e sugestões dos avaliadores externos, quando das visitas in loco.

Todo trabalho é inspirado pelas palavras do Chanceler da UCPel e Arcebispo Metropolitano de Pelotas, que, com muita sabedoria diz:

“Fazer muito é bom. Fazer muito bem é melhor. Mas fazer juntos é divino” (Dom Jacinto Bergmann, 2012)

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Relatório de avaliação do curso de Tecnologia em Gestão Comercial**. Brasília: ME, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Relatório de avaliação do curso de Farmácia**. Brasília: 2017.

LEITE, Denise. Ameaças pós-rankings sobrevivência das CPAs e da autoavaliação. *Avaliação*, Campinas, Sorocaba, v.13, n.3, p.833-840, nov.2008.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS. **Projeto de avaliação institucional: concepção metodológica**. Pelotas: Educat, 1999.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS. **Projeto Pedagógico Institucional**. Pelotas: Educat, 2017.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS. **Relatório de autoavaliação institucional**. Pelotas: CPA, 2013.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS. **Relatório de autoavaliação institucional**. Pelotas: CPA, 2014.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS. **Relatório de autoavaliação institucional**. Pelotas: CPA, 2015.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS. **Relatório de autoavaliação institucional**. Pelotas: CPA, 2016.